

**Uma disputa entre grandes grupos empresariais ou de interesses regionais, de resultados ainda incertos, impede que haja controle e lei na maior e mais rica mina de cassiterita — o minério do qual se extrai o estanho — do mundo**



**Os maiores perdedores são os milhares de miseráveis que catam restos de minério no garimpo de Bom Futuro, em Rondônia, e o próprio País, cuja imagem internacional está bastante abalada pelo fato de que as autoridades não conseguem organizar seus próprios recursos**

# Brasil perde na guerra pela cassiterita

WILLIAM WAACK

**PORTO VELHO** — João Pereira carrega 13 anos de idade, malária e uma profunda inquietação de ordem econômica. "Moço", pergunta ele, o cabelo crespo pingando água suja de barro, "quando é que o metal vai ter preço?" No momento, o quilo de cassiterita que João cata de restos no garimpo de Bom Futuro, em Rondônia, vale menos que um de feijão. Valeria pelo menos oito vezes mais, dizem os especialistas, se houvesse lei no lugar onde se enterra a vida de João, o pai, a mãe e mais sete irmãos.

Não só a deles. Pelo menos cinquenta diferentes empresas, do pequeno negócio ilegal à grande companhia mineradora, dependem do que ocorrerá com Bom Futuro, a maior e mais rica mina de cassiterita do mundo, o mineral do qual se extrai o estanho. Dependem também dos acontecimentos em torno dessa sangrenta ferida na floresta amazônica formidáveis ambições pessoais e o futuro de pesados grupos de interesses, além da credibilidade do governo brasileiro, parte de suas divisas e as de outro cinco países produtores de estanho — e, é claro, o preço do feijão para João.

As coisas parecem claras. O governo e a justiça brasileiras declararam ilegal a atual atividade de extração em Bom Futuro, feita por garimpeiros (ou os que se denominam assim) e empresas que não possuem qualquer autorização. Por ordem expressa do presidente Fernando Collor, o Brasil prometeu formalmente à Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC) controlar a produção da mina, com a "interrupção definitiva do contrabando do minério".

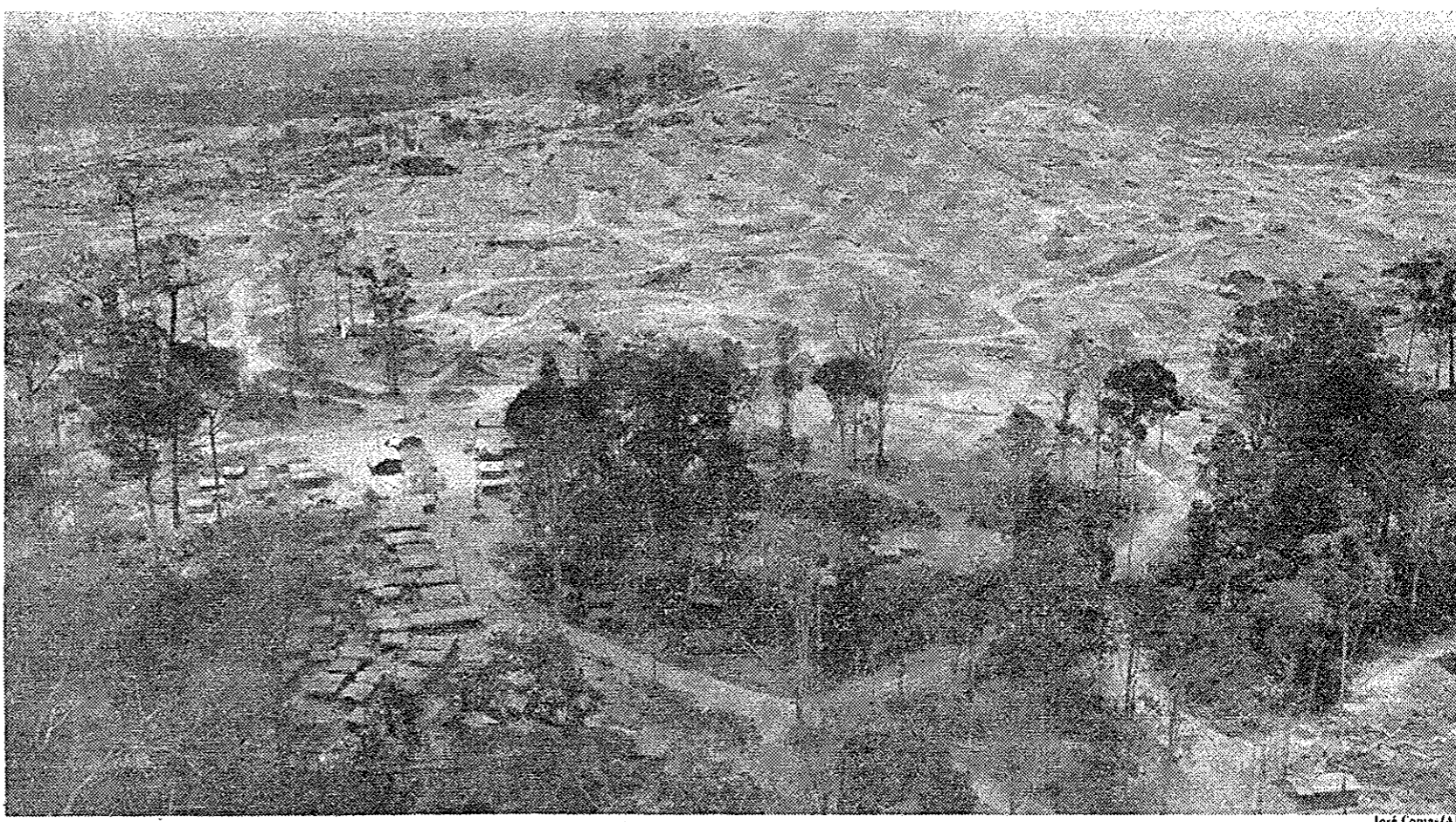
Também aí parece tudo claro. O governo mandou a Bom Futuro uma comissão interministerial e ela verificou que 5% do consumo mundial de cassiterita (umas 9.500 toneladas) saem dali contrabandeados. O secretário-executivo da ATPC, Redzwan Sumun, veio ao Brasil — o maior produtor de estanho do mundo — e disse, em agosto, que a "produção garimpeira" impede a estabilidade dos preços internacionais. No momento, eles estão tão baixos (cerca de US 6 mil por 1.000 t) quanto em outubro de 1985, quando despencaram de 12 mil dólares e liquidaram o mercado internacional de estanho.

Juizes, promotores, procuradores, delegados, técnicos, burocratas e alguns importantes empresários concordam: assim não pode ficar. Um ministério, o da Infraestrutura (para onde foi o antigo Minas e Energia), pediu a outro, o da Justiça, que mandasse a Polícia Federal interditar a produção de Bom Futuro, "que opera em situação irregular e vem causando graves transtornos", escreveu o ministro Ozires Silva. "Quero sentir uma ação enérgica", disse. Mais uma coisa clara.

Clara? Até agora nada aconteceu. A Polícia Federal, que em Rondônia tem muitos crimes para investigar e poucos recursos, não se mexeu. Em parte isto foi provocado por uma feroz batalha judicial com liminares, agravos e decisões que já fizeram o garimpo fechar e abrir pelo menos duas vezes, tornando a situação legal tão impenetrável quanto a selva que cerca Bom Futuro. Por outro lado, a continuidade da situação irregular é o resultado de uma guerra suja de bastidores — a mesma que caracteriza a exploração dos fabulosos recursos minerais da Amazônia como um confronto brutal e selvagem.

De um lado está a poderosa Paranapanema, uma mineradora que se projetou através do estanho e hoje detém 14% da produção mundial, associada numa nova empresa, a Ebesa, com algumas de suas antigas concorrentes nacionais. Ela detém o alvará de pesquisa da área de Bom Futuro, antes nas mãos de uma empresa chamada MS, comprada pela Paranapanema. Com a mina de Pitanga e a de Bom Futuro, a Paranapanema e a Ebesa controlariam um terço de todo o estanho do mundo.

Do outro, um grupo de interesse regional com ramificações políticas que chegam bem dentro do segundo escalão do governo, incluindo autoridades policiais. Ele se tornou o estridente porta voz do comércio do município de Ariquemes, onde está Bom Futuro, que depende do garimpo para existir. E diz defender a sobrevivência tanto de produtores (os empresários que possuem dezenas de máquinas pesadas e até 80 pessoas trabalhando para eles na mina) como dos milhares de trabalhadores manuais, os "requeridos", que já fizeram de Bom Futuro um formigueiro humano — se alguém considerar humanas as condições em que trabalham.



Vista do garimpo de Bom Futuro: maior mina de cassiterita é palco de disputa entre empresas e garimpeiros

## País baixa preços do mercado externo

O estanho já era conhecido das civilizações antigas e continua importante, mesmo na era em que tecnologias conseguem substituir matérias-primas tradicionais. Sua principal utilização é na conservação de alimentos — latas de cerveja, por exemplo — ou na fabricação de folhas de Flânderes. Mas ligas com estanho são empregadas em munição, canhões, estruturas para navios espaciais ou no invólucro de elementos combustíveis de reatores nucleares.

Trata-se de um raro caso de matéria prima vital e barata, e o Brasil está sendo considerado o principal responsável pelo mau desempenho das cotações de estanho nas bolsas internacionais. Sozinho, o Brasil produziu em 1988 quase um terço (são 44 mil toneladas) de todo o estanho colocado à venda no mundo, e a metade dessa produção é de contrabando ou ilegal. Em 1989, o total subiu para 58 mil toneladas — um desastre para os vendedores do metal.

"Se o Brasil continuar produzindo assim", disse, no Rio, em agosto, o secretário executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC, em inglês), Redzwan Sumun, "apesar das características fundamentais do mercado, a indústria mundial de estanho continuará experimentando uma super-capacidade estrutural, que resultará em nenhuma diminuição dos estoques e mais queda nos preços".

Em outras palavras, o Brasil é considerado um dos principais culpados — talvez o maior segundo especialistas do setor — pelos baixíssimos preços do estanho no mercado internacional. Na prática, isto significa que o País subsidia as indústrias das nações mais desenvolvidas, as principais compradoras de estanho.

De fato, desde o colapso das operações com estanho em outubro de 1985, as cotações nunca mais se recuperaram. Um estoque de 80 mil toneladas superior às necessidades mundiais foi o principal responsável pela queda dos preços, que desceram de 12 mil dólares por

mil toneladas para pouco mais de 6 mil dólares. Os países produtores organizados na ATPC (Austrália, Bolívia, Indonésia, Malásia, Nigéria, Tailândia e Zaire) encontraram então uma fórmula simples para "recompor" os mercados, isto é, recuperar os preços: combinaram quotas de produção e exportação.

Até o começo de 1989 isto funcionou razoavelmente e os preços chegaram a quase 11 mil dólares por mil toneladas de estanho, enquanto o estoque em excesso baixava para umas 35 mil toneladas. Foi quando a produção ilegal no Brasil pôs tudo a perder. No momento, os preços voltaram aos 6 mil dó-

lares de outubro de 1985 e os estoques subiram novamente. Para o secretário geral da ATPC, não é preciso grande esforço para identificar o responsável:

"Uma grande quantidade desse aumento (de oferta) vem da produção garimpeira (no Brasil), grande parte da qual acredita-se que seja contrabandeada para fora do país", disse Redzwan Sumun.

Em outubro do ano passado o governo enviou a 7ª conferência da ATPC, em Kuala Lumpur, capital da Malásia, o então ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho. Ele ouviu dos outros produtores uma acusação pesada — uma

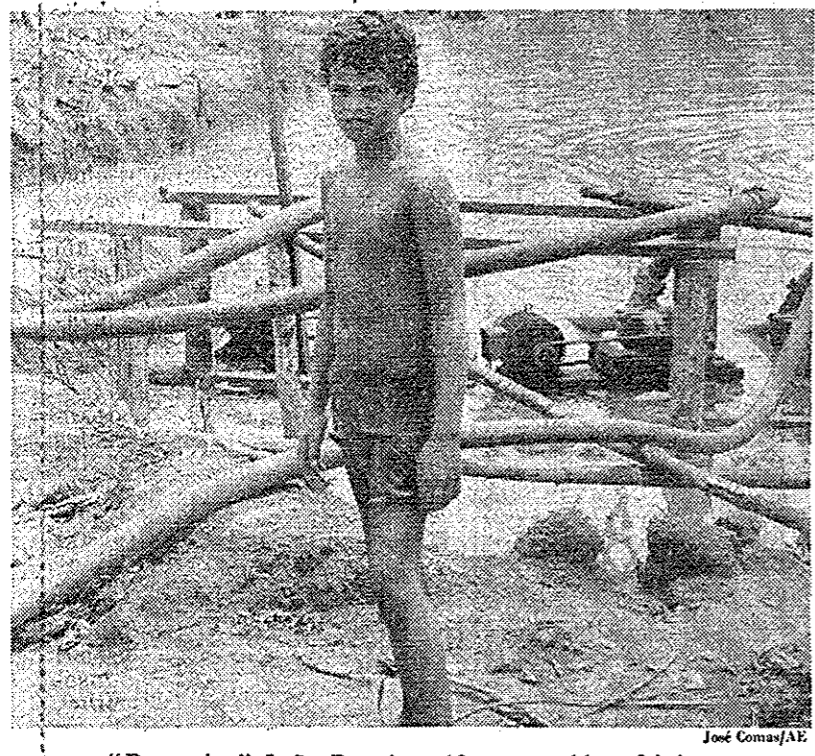
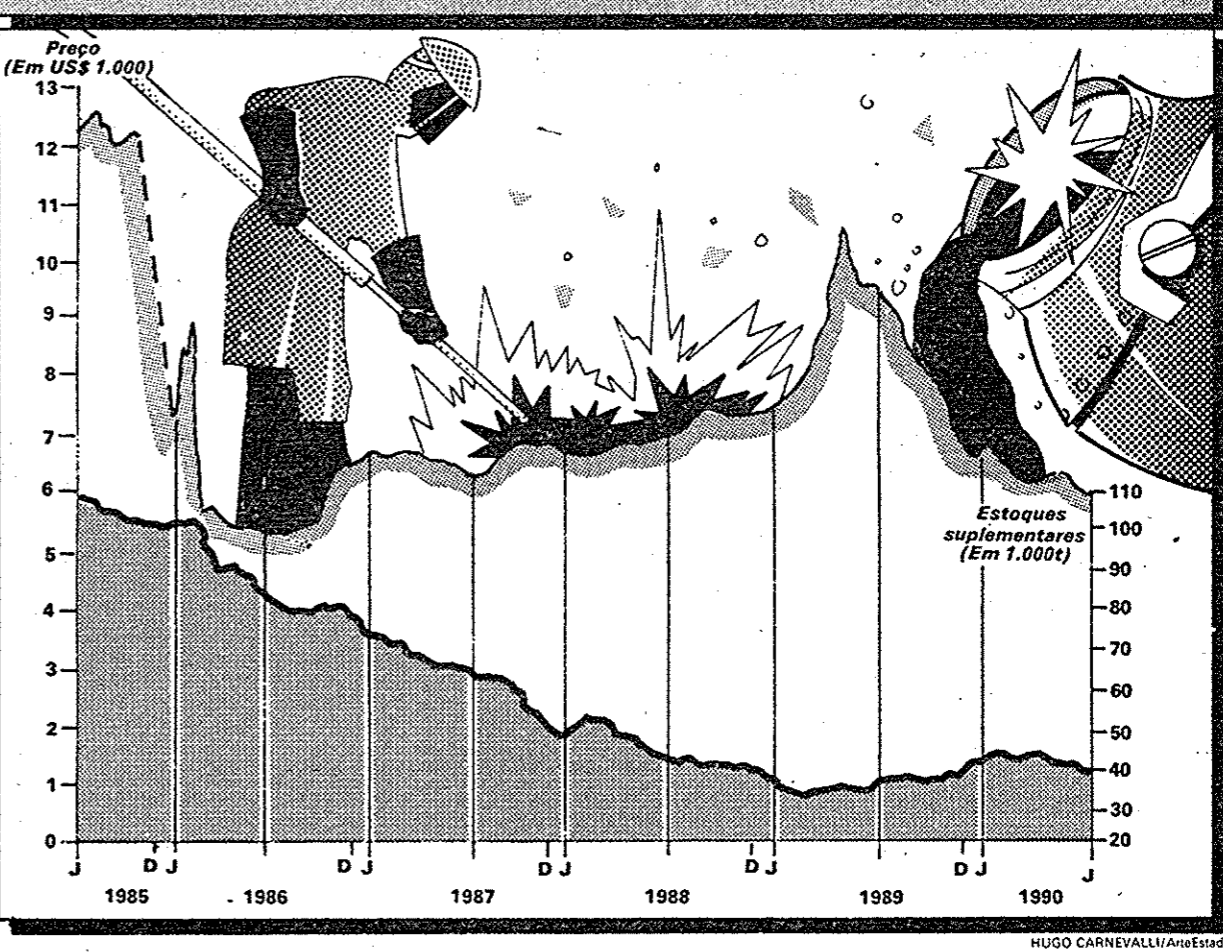
das principais ameaças à estabilidade do mercado era o aumento do fornecimento causado pela exploração de jazidas brasileiras, diz o relatório final do encontro — e declarou solenemente que o Brasil iria não só aderir ao sistema de quotas, mas também prometia controlar a produção, restringindo-a a companhias mineradoras e aos garimpeiros licenciados.

"A chave de tudo", declarou o secretário executivo da ATPC, "reside no sucesso que possa ter o governo do Brasil em sua intenção de controlar as atividades de garimpeiros".

Nada disto, até agora, aconteceu.

### Estanho no mundo

Produção inunda o mercado



"Requerido" João Pereira: 13 anos e 11 malárias

## Na luta por Bom Futuro, as mesmas rivalidades

Os homens e empresas que se enfrentam por Bom Futuro são velhos conhecidos. Por isso mesmo, enormes as suspeitas e acusações mútuas. Nada do que se diga sobre essa mina tem apenas uma versão. Os garimpeiros dizem que eles a descobriam. Porque seriam expulsos? Os empresários do garimpo (eles detestam essa denominação) contestam a concessão de um alvará para uma empresa que nunca teria estado lá. Porque deixar tudo nas mãos de um só grupo? As grandes mineradoras denunciam a ilegalidade da atual produção, o contrabando da cassiterita e a inoperância das autoridades policiais. Porque não regularizar e controlar a mina?

Contrabando é uma palavra que provoca fortes emoções em Bom Futuro, e está envolvida em praticamente tudo. O minério sai por um só portão, e ali mesmo recolhe impostos para a Prefeitura de Ariquemes, que por conta disso emite uma nota fiscal. Mas pelo menos um produtor local descobriu que havia dois blocos de notas, com numeração

idêntica. Num caso o dinheiro ia para os cofres da municipalidade. No outro — só há conjecturas.

Uma vez fora da mina, o minério paga o ICMS (estadual) e aí desaparece. Pode ir para a Bolívia, que desativou quase todas suas minas de estanho, e que não consegue cumprir sua quota de exportação. Quando o dólar paralelo estava alto em relação ao oficial, os bolivianos vinham com dólares comprar cassiterita em Bom Futuro. E pelo menos uma empresa brasileira (o nome mencionado é o da Paranapanema) chegou a "adquirir" há algum tempo parte da quota boliviana de exportação de estanho, ou seja, exportou para o mercado mundial por aquele país.

Ou o minério vai para outras partes do país. A cassiterita de Bom Futuro tem um riquíssimo teor de 60% de estanho, algo que nenhuma outra mina iguala. Mesmo para as grandes empresas mineradoras, durante muito tempo foi ótimo negócio comprar o minério de Bom Futuro e declará-lo como de produção pró-

pria. "Essa prática foi comum e ninguém fugiu dela, grande ou pequeno", diz o ex-presidente de uma das grandes do setor, que pediu para não ser identificado.

Em outras palavras, as próprias mineradoras se beneficiaram, pelo menos durante algum tempo, da falta de controle em Bom Futuro — elas criticavam, mas compravam a produção dali. Uma delas, comenta-se, gastou considerável quantia junto a instâncias governamentais, em Brasília, para impedir que um alvará de pesquisa se transformasse em alvará de lavra, o que teria liquidado a questão nos últimos dias do governo Sarney em favor da Paranapanema. Mas algumas das maiores, reunidas no Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Estanho, protestaram com um violento anúncio nos jornais no dia em que uma comissão interministerial, que fez um relatório controverso sobre Bom Futuro, denunciou o contrabando da produção.

Quando houve considerável dose de acordo entre as mine-

radoras, as cooperativas de garimpeiros (que se acusam mutuamente de serem "testas-de-ferro" de empresas maiores) e os "produtores locais" sobre a melhor maneira de se explorar Bom Futuro — uma empresa, a Ebesa, especialmente fundada para isto, fica dona da área, prometendo não expulsar todo mundo — entrou em cena um velho conflito na Amazônia: o da produção organizada por grandes empresas e a exploração por grupos econômicos regionais.

"O caso de Bom Futuro é um dos maiores escândalos de corrupção deste país", diz José Altino Machado, uma espécie de líder nacional de garimpeiros e, indisputadamente, uma das figuras mais carismáticas entre os personagens que vão se fazendo célebres na ocupação — racional ou não — desse imenso território. José Altino suspeita de que autoridades nas mais variadas instâncias, repartições e cidades foram compradas para produzir uma fachada de legalidade às mineradoras que pretendem o controle do garimpo de

Bom Futuro.

José Altino acha que aumentar o preço internacional do estanho (através do controle da produção de minas como Bom Futuro, por exemplo) é a melhor maneira de levar os países industrializados a acelerar a substituição dessa matéria prima. "Preços altos só interessam a quem está sentado num enorme estoque internacional de estanho, como a Paranapanema", fuzila Altino.

Samuel Hanan, diretor superintendente dessa empresa e considerado uma espécie de "gênio do estanho" no Brasil, defende posição totalmente oposta. Ele acha que o contrabando (outra vez a palavra maldita) a desorganização da produção e a clandestinidade de muitos participantes do processo acabam, no fundo, prejudicando somente a economia brasileira, que deixa de arrecadar tributos, perde divisas com os preços baixos de exportação e arranha consideravelmente a já combatida imagem externa do País, que até agora mostrou-se, de fato, incapaz de dispor sobre a ex-

ploração de seus próprios recursos, não importa por quem.

Na semana passada, em meio a ordens e contra-ordens judiciais, o único consenso possível entre todos os participantes da guerra pelo estanho era o de que todo mundo está perdendo. Os "produtores" locais não tem preço para o minério. As mineradoras deixam de contar com a melhor mina do mundo. O poderoso grupo político local não está arrecadando dinheiro ou prestígio — só advogados, promotores e juizes desempenham frenética atividade.

Ou gente como o menino João Pereira, para o qual os restos de Bom Futuro já não dão para viver. O pai prefere vender copos com suco de frutas para os motoristas e tratantistas na "Serra", e eles são cada vez menos, copos e fregueses. Há uma promessa no ar, feita pelo pai de João, que trabalhava na Volkswagen, em São Bernardo, e foi despedido há quase dois anos: se o garimpo melhorar, todos voltam para São Paulo. "Eu gosto mais de lá", diz João. (W.W.)



**O baixo preço interno do minério está devolvendo às atividades de desmatamento os empresários locais e mandando para outros garimpos os "manuais". Personagens da política local, que tem em Bom Futuro sua fonte de renda, pedem alto para entrar num acordo**



**Também a Polícia Federal acabou envolvendo-se no conflito. As empresas querem que ela interdite o garimpo. Há suspeitas de que parte da produção possa estar sendo utilizada para "lavar" o dinheiro do narcotráfico brasileiro e boliviano**

# Medo e preço baixo esvaziavam o garimpo

"Se eu não puder mais trabalhar aqui eu vou roubar. O que eu vou fazer?", pergunta um homem sem braço, picareta na mão direita, enquanto arranca pedacinhos de minério num barranco na "Serra", a montanha que máquinas e mãos estão demolindo em Bom Futuro. Ele tem a mesma cor que uma dúzia de outros ao seu redor: a da terra na qual se atiram depois que a pá do trator arranca um pedaço, sobre a qual dormem "protegidos" por cabanas sem teto, e sob a qual morrem quando desmorona um barranco ou ficam presos no buraco cavado com instrumentos quase pré-históricos, atrás do melhor veio de cassiterita.

Até agora valeu a pena. Esses homens enchem pequenos sacos que logo pesam quarenta quilos. Carregam o peso nas costas, la-deira abaixo, e lavam a cassiterita sentados na água que também tem cor da terra. Com sorte, conseguem por viagem até 10 quilos desse mineral de fina granulagem e coloração quase negra. Precisam de 50 quilos de cassiterita, aos preços de hoje, para comprar uma camisa. Ou 10 sacos de milho.

E curiosa a convivência entre homens e máquinas em Bom Futuro. A época em que a mina era explorada apenas pelos "manuais" passou há muito tempo. Máquinas pesadas carregam o minério na caçamba de dezenas de caminhões, que o despejam numa espécie de recipiente metálico, o "jigüe", no qual água bombeada do igarapé mais próximo provoca um movimento de centrifugação. O mineral, mais pesado, desprende-se da terra e se concentra no fundo. O que sobrou costuma ser jogado por ali, criando montanhas áridas de detritos minerais.

As mãos só existem para guiar tratores, caminhões, operar bombas ou disputar restos assim que as máquinas soltam um pouco de terra. "Sem a máquina a gente não tem chance de encontrar

tratar muita coisa", admite o homem sem braço. Nem todos os proprietários de máquinas ou um trecho de exploração do terreno gostam disso. Um deles contratou um guaxeba (segurança), o "Mike Tyson", que se tornou famoso na região: ele não deixa ninguém entrar no "baixão", uma área plana e alagada onde seria mais fácil o trabalho dos manuais.

"Lá só dá para ir de noite", continua o sem braço, com o murmúrio de aprovação de seus colegas. "Mas a água já está tomando conta de tudo".

Eles trabalham sob sol forte num trecho explorado por Carlos Scarmocin, um paranaense de 30 anos de idade que veio a Rondônia ganhar dinheiro com madeira, mas achou a mineração — pelo menos até pouco tempo — negócio bem mais rentável. Carlos seria no Sul um cidadão de posses: dois tratores, duas escavadeiras, cinco enormes caminhões basculantes, um grupo gerador pesado, vários galpões, 35 pessoas trabalhando para ele.

Simples, simpático e sempre ajeitando o chapéu de palha na cabeça, Carlos é um exemplo que vale para muita gente. O garimpo de Bom Futuro foi descoberto por um funcionário de um madeireiro, que também se transformou em minerador. Pelo menos outras 40 empresas deixaram de cortar madeira para arrancar a cassiterita. Não houve qualquer distribuição de áreas por conta de alguma instituição oficial. Quem foi chegando, a partir de 1988, foi ocupando um pedaço, negociando a "área" de outro, instalando-se em qualquer lugar, sem plano de proteção ao meio ambiente ou qualquer outro escrúpulo que não fosse uma reclamação do vizinho.

Carlos está considerando seriamente a hipótese de voltar a derrubar árvores, coisa que se tornou difícil nos últimos tempos depois de tanta campanha

ecológica, que chegou também a Bom Futuro (alguns produtores tentam pelo menos não sujar os igarapés). "Mas com os fiscais sempre houve um jeitinho da gente cortar mais árvore do que podia", diz Carlos. "Vou partir para a demolição dessa mata". O preço da cassiterita nunca esteve tão baixo em Bom Futuro, e nem o garimpo tão vazio: das 35 máquinas que operavam na "Serra", só umas quatro estão agora em atividade. De 30 mil pessoas, sobraram umas quatro mil.

Esse é o resultado do impasse jurídico e da feroz disputa pela mina. Sem êxito decisivo ainda na batalha judicial, as grandes mineradoras que disputam a regularização do terreno conseguiram em setembro a proibição da exportação da cassiterita que não tiver a origem da produção comprovada. Uma vez que ninguém em Bom Futuro produz com autorização do Departamento Nacional da Produção Mineral, legalmente o minério que é extraído ali não pode sair do país. As necessidades do mercado interno, porém, são muito pequenas.

Gente como Carlos não perde muito tempo com considerações macro-econômicas. Eles são contra o que chamam de "monopólio", isto é, o direito de lavra concedido a apenas uma empresa. Mas, se não tiver outro jeito, topam algum tipo de acordo com a Ebesa, que não quer se instalar e começar a trabalhar enquanto as coisas não ficarem mesmo claras. Das quatro cooperativas de garimpeiros da região, tres concordaram com o acordo, patrocinado pelo governo federal: a Ebesa (leia-se Paranapanema) não expulsa os mineradores, mas tem o direito de comprar, por preços de mercado, 80% da sua produção.

"Não é mau negócio", diz Carlos. "Mas tem muita gente que atravessou esse acordo. E o que eles querem, é dinheiro". (W.W.)



À cata de restos em Bom Futuro: metal sem preço leva garimpeiros ao desespero

## "Meus adversários eu arregajo"

Ernandes Amorim mal cabe em si quando fala de seu tema predileto — ele mesmo. Alto, cheio e forte, bom de copo, garfo e papo, certa obesidade disfarçada pelo cinto bem apertado, o prefeito de Ariquemes esbanja enorme auto estima. "Hoje eu tenho mais fazendas do que o patrão para quem trabalhei na Bahia", afirma, seguro do olhar de aprovação de seus dois guarda-costas.

O prefeito da segunda maior cidade rondoniense não dispensa essa companhia desde que passou a acariciar a idéia de se lançar candidato a governador, coisa que teria sido impensável não fosse o garimpo de Bom Futuro. Logo que os garimpeiros começaram a chegar, em 1987, a experiência de dois mandatos de deputado estadual colecionados desde 1982 disse a Amorim que fosse lá.

Em Bom Futuro ele ganhou dinheiro, votos e prestígio, auxiliado pelo seu irmão Arnaldo, que se tornou presidente de uma das cooperativas de garimpeiros. Muitos mineradores que estão lá sem autorização oficial o apoiam, além evidentemente do comércio de Ariquemes, que depende bastante da economia gerada pela exploração da cassiterita. O prefeito é o campeão da luta contra o que chama de monopólio das grandes empresas. Mas ganhou inimigos também.

"É um dos maiores contrabandistas de minério que já passou por Rondônia", diz um dos funcionários do DNPM em Porto

Velho, pedindo para que seu nome não apareça. Ele não tem medo de Amorim — tem medo da política em Rondônia.

Amorim também. Um dos maiores adversários públicos do senador Olavo Pires durante a última campanha eleitoral (Pires era candidato a governador e foi assassinado a 16 de outubro, depois de vencer o primeiro turno), Amorim não ficou propriamente indignado quando um dos atuais concorrentes ao posto tentou envolvê-lo no crime. Sua preocupação era genuinamente outra: o prefeito de Ariquemes pensou que estavam tramando sua própria morte. "Se me matam depois que isso sai, eu ia servir de bode expiatório e queima de arquivo ao mesmo tempo", afirmou. Foi à TV acusar seu acusador pelo mesmo crime.

As regras da política são mesmo duras em Rondônia. Uma vez o próprio Amorim pôs um revólver 38 na mesa de um jornalista que não queria deixá-lo criticar um adversário político na rádio local. "Esta foi uma das coisas que me motivaram a passar dois anos trabalhando como garimpeiro em Bom Futuro", confessou o jornalista. Hoje, ele e Amorim se entendem bem, dão muita risada de um dos métodos preferidos do prefeito para garantir apoio político a seus amigos: ameaça fechar hospitais que mandou construir. "Se o povo for burro de escolher quem não sabe trabalhar por ele, então que vá procurar outro

que faça tudo o que fiz", diz Amorim, muito confiante.

Essa jovem liderança política em Rondônia está apenas se comportando como as circunstâncias exigem. Ele quase trocou seu principal trunfo — o garimpo de Bom Futuro — por fundos para sua campanha a governador. Era assim: a Ebesa, na qual a Paranapanema é a principal acionista, teria de indenizar em cinco milhões de dólares

a empresa MS (comprada pela Paranapanema), que detinha o alvará de pesquisa de Bom Futuro. O dinheiro chegou a ser recolhido entre as outras acionistas da Ebesa, e teria como destino final, contudo, a caixinha de campanha a governador de Amorim, contanto que ele concordasse num compromisso que deixaria a mina nas mãos das grandes empresas. O acordo não saiu por culpa de Leonel Brizo-

la, líder do PDT, partido pelo qual Amorim concorreria — Brizola não queria um candidato próprio em Rondônia.

"Estou muito decepcionado. O Brizola não entende de política aqui", sentenciou Amorim.

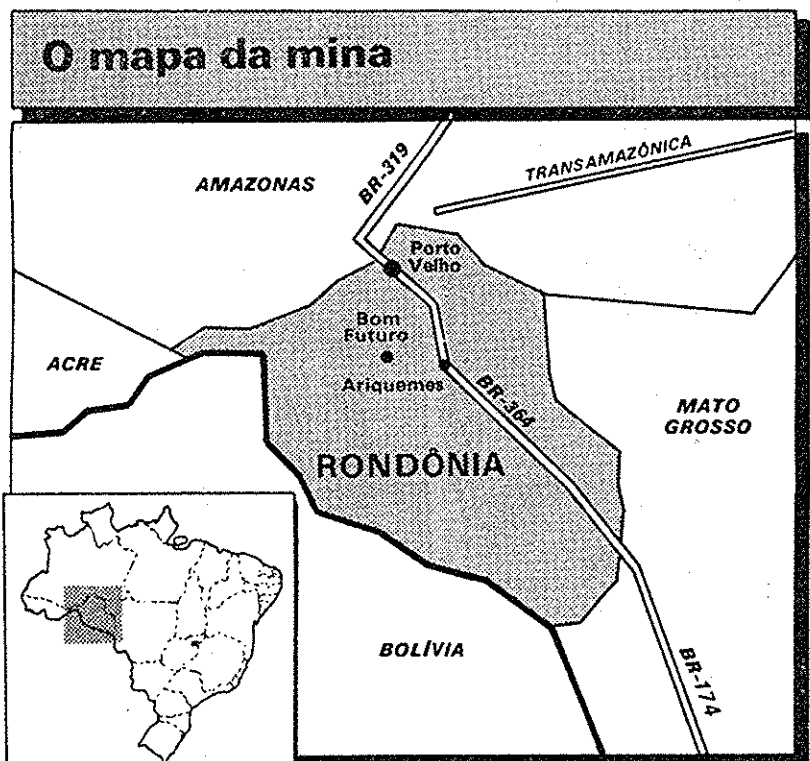
"Meus adversários eu arregajo". Cinco milhões de dólares nem eram muito para uma campanha ao governo do Estado, mas Amorim e seus dois principais assessores, Dirceu de Almeida, advogado, 60 anos, ex-investigador na polícia paulista e há 16 anos em Rondônia, e Pedro Paulo Barros Lima, 38, ex-jornalista, presidente da Coogari (a única cooperativa de garimpeiros com toda documentação em ordem) tinham certeza de que os empresários de Rondônia ajudariam o prefeito de Ariquemes numa disputa contra o finado Olavo Pires. "O Olavo ganhando os empresários sabiam que não tinha mais negócio para eles, só para as firmas do Olavo", raciocina Amorim. "E essas despesas todas mais tarde a gente recupera", acrescenta.

Não fora, também, a primeira vez que um acordo quase saíra entre o pessoal de Amorim (a Coogari) e as empresas lideradas pela Paranapanema, que conseguira a proeza de juntar suas ex-concorrentes na tarefa de organizar Bom Futuro. Houve ofertas (ou pedidos, ninguém sabe) de cerca de dois milhões de dólares para que o pessoal da Coogari entrasse num acordo do qual já participavam as outras três cooperativas de garimpei-

ros, além de mineradoras clandestinas operando em Bom Futuro. "Mas aí eu fiz as contas", diz Pedro Paulo, "e vi que dois milhões de dólares era muito pouco comparado aos dois bilhões que estão enterrados ali".

Pedro Paulo não é homem de muito humor. Ele fala sempre com muita veemência, seu olhar ligeiramente estrábico passeia com certa suspeita, pelo interlocutor, a voz sempre forte e o tom categórico. Pudeira: é ele, em geral, quem veste o paletó e a gravata para negociar em Brasília e São Paulo. Negócios na acepção primitiva da palavra — Pedro Paulo lembra-se dos últimos dias do governo Sarney, quando um grupo de deputados e lobistas do Maranhão ofereceu-lhe uma barganha.

"Eles iam arrumar da noite para o dia uma portaria e um outro documento que dariam Bom Futuro para a única cooperativa com documentos de acordo — a minha. E pediam em troca uns 300 mil dólares, mais o compromisso de que 30% da produção dali serviria para financiar a Norte-Sul do Sarney. Mas houve um contra-tempo. Nós queríamos pagar em cassiterita — é em minério, ouro, por exemplo, que a turma de Brasília sempre recebeu para acertar coisas na nossa área — e eles pediam dinheiro. Tínhamos até as toneladas separadinhas em Ariquemes. Mas o nosso pessoal que assina cheque não conseguiu chegar a tempo a Brasília", conta Pedro Paulo. (W.W.)



HUGO CARNEVALLI/ArteEstado